

9.

DEZEMBRO · 2023

Ponte de Lima: do passado ao presente, rumo ao futuro!

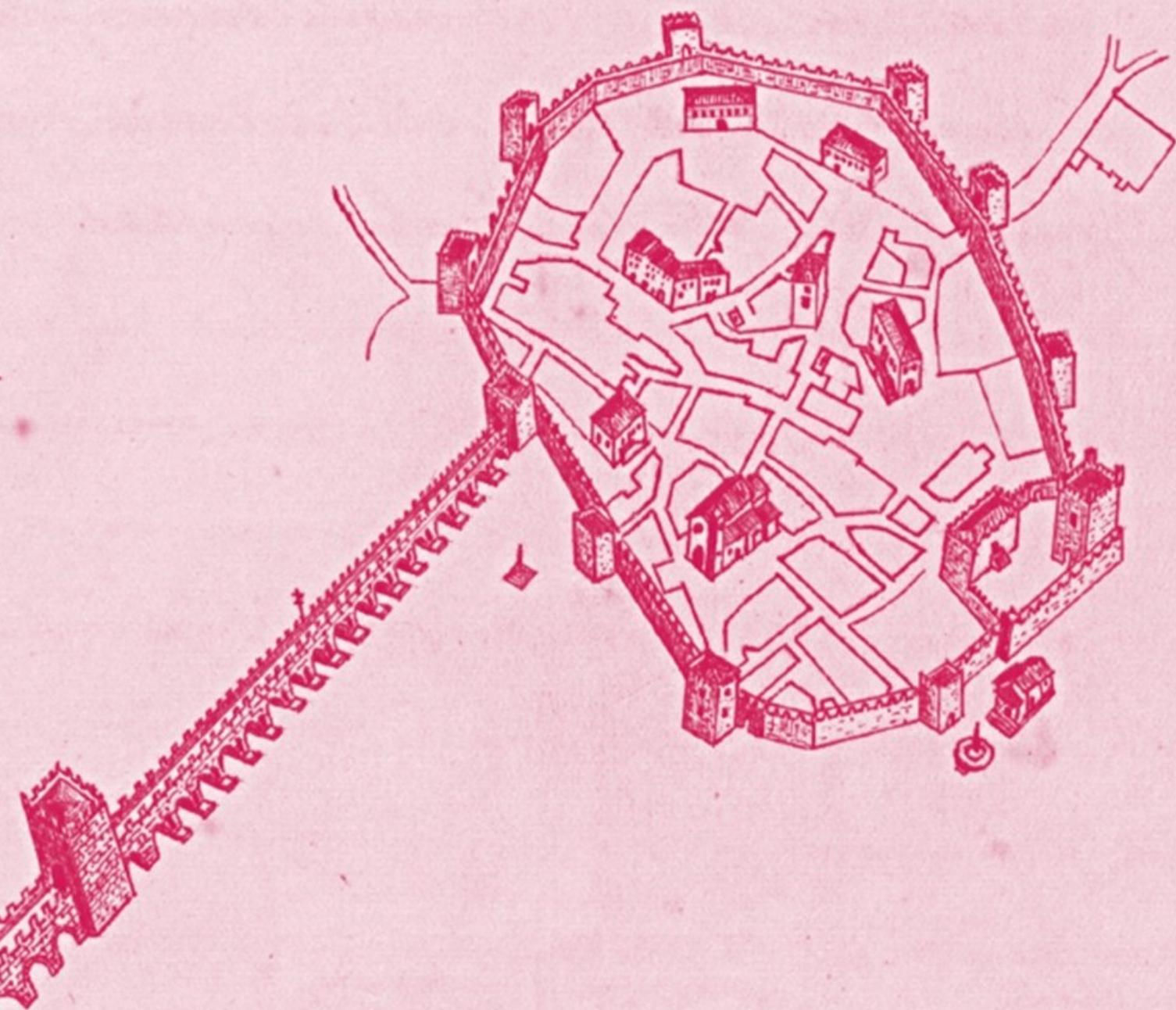




FIGURA 1.

Casa/Quinta dos Condes do Paço de Vitorino
em Vilar de Andorinho, Vila Nova de Gaia.

FONTE· Imagem de Daniel Monteiro

HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CASA/QUINTA DOS CONDES DO PAÇO DE VITORINO

HISTORY AND ARCHITECTURE OF THE HOUSE/QUINTA OF CONDES DO PAÇO DE VITORINO

O artigo que se apresenta é um excerto da Tese de Doutoramento em Arquitetura, realizado por Alcina da Silva Santos Silva, na Universidade Lusófona do Porto.

O estudo recai na abordagem da História e Arquitetura da Casa/Quinta dos Condes do Paço de Vitorino, na freguesia de Vilar de Andorinho, do concelho de Vila Nova de Gaia.

O tema engloba a História genealógica e vivencial dos proprietários ao longo das épocas; a História da Arquitetura da Casa; a análise sobre as alterações construtivas que o edifício foi sofrendo no decorrer dos séculos; e o levantamento topográfico arquitetónico, que, através da planta, possibilitou uma leitura técnica.

Os objetivos focaram-se no estudo da História e Arquitetura da Casa; na análise da construção primitiva da mesma, na sua evolução, e na descrição arquitetónica da Casa e Capela.

O resultado deste caso de estudo originou a atribuição da designação da Quinta como Casa Nobre Rural; identificou os proprietários; documentou as datas da existência do património; registou as transformações sofridas ao longo dos tempos, e presencialmente, por observação direta, verificou as diferenças

HISTÓRIA, ARQUITETURA,
CASA NOBRE, CAPELA

HISTORY, ARCHITECTURE,
NOBLE HOUSE, CHAPEL

tipológicas construtivas assim como os materiais utilizados. Nesta investigação, a análise feita ao edifício permitiu obter respostas essenciais na produção de informação sobre a Quinta dos Condes do Paço de Vitorino que, tendo em conta a sua longevidade e a sua História identitária, retrata um património arquitetónico de interesse público e um legado indiscutivelmente a preservar.

The article presented is an excerpt from the Doctoral Thesis in Architecture, carried out by Alcina da Silva Santos Silva, at Universidade Lusófona do Porto.

The study focuses on the approach to the History and Architecture of the House/Quinta dos Condes do Paço de Vitorino, in the parish of Vilar de Andorinho, in the municipality of Vila Nova de Gaia. The theme encompasses the genealogical and living history of the owners throughout the ages; the History of the House's Architecture; the analysis of the constructive changes that the building underwent over the centuries; and the architectural topographic survey, which, through the plan, made possible a technical reading.

The objectives focused on the study of the History and Architecture of the House; in the analysis of its primitive construction, in its evolution, and in the architectural description of the House and Chapel.

The result of this case study gave rise to the designation of the Farm as Rural Noble House; identified the owners; documented the dates of the heritage's existence; registered the transformations undergone over time, and in person, by direct observation, verified the constructive typological differences as well as the materials used. In this investigation, the analysis of the building allowed us to obtain essential answers in the production of information about Quinta dos Condes do Paço de Vitorino which, considering its longevity and its identity history, portrays an architectural heritage of public interest and an indisputably legacy to preserve.

ALCINA DA SILVA SANTOS SILVA^[1]

Escrever sobre a Quinta dos Condes do Paço de Vitorino, património arquitetónico civil construído na Freguesia de Vilar de Andorinho no Concelho de Vila Nova de Gaia, requer uma breve introdução sobre a ligação familiar com a propriedade do Paço de Vitorino das Donas, no concelho de Ponte de Lima.

Segundo Carlos A. Brochado de Almeida, no século XIX, “Em 1836 o morgado do Paço de Vitorino das Donas era Francisco de Abreu Pereira Coutinho, um claro aderente ao miguelismo e que devido às suas convicções políticas era a figura de proa do movimento miguelista em Ponte de Lima” (Almeida, 2010-2012, p. 69).

Esta convicção política de apoio ao regime miguelista deve-se ao facto do acontecimento histórico da Guerra Civil Portuguesa, intitulada por: Guerras Liberais; Guerra Miguelista ou Guerra dos

dois Irmãos, que ocorreu entre os anos de 1832 e 1834.

Analisando a nossa História Monárquica (Sousa, 2000), sabemos que a sucessão do Rei D. João VI, após a sua morte, no dia 6 de março de 1826, criou uma disputa no reino entre o filho mais velho, D. Pedro IV, e o irmão D. Miguel I. Pedro, o Príncipe Real de Portugal, que era na altura Imperador do Brasil, todavia, por direito estaria na linha de sucessão, porém, logo se apercebeu que a constituição brasileira o impedia de governar os dois países. Nesse sentido, abdicou do trono português, a favor da filha D. Maria da Glória que na altura tinha sete anos de idade, e que por contrato, quando atingisse a idade de casar, o faria com o seu tio (irmão do Pai, D. Miguel I), sendo que, até chegar esse momento, D. Pedro nomearia D. Miguel como regente em nome da sobrinha e noiva, D. Maria da Glória. Passados dois anos, D. Miguel I convocou as Cortes, fez-se sentir legítimo sucessor invocando as Leis Fundamentais do Reino, alegando que D. Pedro IV

não podia ter transmitido o reino à filha, uma vez que a opção de voltar para o Brasil anulava a sucessão ao trono, quer dele quer da filha. D. Miguel I considerou-se nesse contexto legítimo sucessor. Todavia, D. Pedro IV, o liberalista, em 1831, perante o acontecido, abdicou da coroa do Brasil, deixando como sucessor, o seu filho Pedro II, e de imediato veio para Portugal defender o alegado direito ao trono português lutando contra o seu irmão D. Miguel I, o absolutista.

Iniciou-se a guerra entre estes dois poderes com o desembarque de D. Pedro IV no Mindelo, que com as suas forças e o apoio da França e da Inglaterra, ruma ao Porto e luta contra as forças militares de D. Miguel I, já instaladas em Vila Nova de Gaia, sofrendo esta Cidade horrores por um largo espaço de tempo com a ocupação do exército de D. Miguel I, que como nos diz o autor Manuel Rodrigues dos Santos,

Se apoderou dela e a tractou da maneira mais hostil e atroz, como se elles fossem



FIGURA 2.

O Paço de Vitorino das Donas, em Ponte de Lima.

FONTE: Arquivo Municipal de Ponte de Lima

invasores estrangeiros, ou esta Villa uma terra rebelde, e conquistada, roubando, e destruindo, quanto acharam, e não só eles, mas também os seus adeptos, que tinham entre o povo, os quaes conhecendo os sentimentos dos vizinhos, lhes buscavam de propósito, e com avidéz os bens para saciar nelles a sua vingança; quem viu, digo, tudo isto, bem podia facilmente pensar, que Villa Nova de Gaya tinha desaparecido da superficie da terra, e para já mais tornaria a figurar no numero das grandes povoaçoens! (Santos, 1861, p. 66)

A Nação queria um rumo diferente, por isso o povo tinha que escolher entre estes dois irmãos: D. Pedro IV, com políticas mais liberais e amigo do povo; e D. Miguel I, defensor de um regime absolutista, fomentando o desagrado de uma sociedade cansada de sofrer. D. Miguel I perde a guerra e vai exilado para Itália. Assim, D. Pedro, com o cognome de O Rei Soldado, é proclamado como vigésimo nono rei de Portugal. Apesar da destruição e das perdas humanas, o povo de Gaia mais uma

vez deu provas de força, e tal como aconteceu depois da Invasão Francesa em 1807 – onde a destruição e o vandalismo foram incalculáveis – depressa tudo se reconstruiu, como aliás aconteceu com a guerra vencida por D. Pedro IV, que teve ao seu lado o povo como bravo combatente, muito embora a ter em conta o sofrimento pelas mortes, pelos feridos e pela destruição de casas, ruas e edifícios emblemáticos (Santos, 1861, p. 67).

Neste sentido, como diz o ditado, “*depois da tempestade vem a bonança*”, e com ela a vontade de fazer emergir das cinzas uma nova e bela Cidade, com novas construções, sobretudo, na Zona Urbana da margem esquerda do rio Douro.

A nível Nacional esta luta por uma mudança do regime absolutista para políticas mais liberais, defendida por D. Pedro IV e pelo povo, gerou vandalismo e ódio dos apoiantes de ambos os lados sendo que várias propriedades também em Ponte de Lima e noutras Cidades não foram poupadas à destruição, como aconteceu à Casa do

“

(...) como aconteceu à Casa do Paço de Vitorino das Donas que foi incendiada e vandalizada, porque o seu proprietário à data, Francisco de Abreu Pereira Coutinho, foi um leal defensor de D. Miguel I.

”

Paço de Vitorino das Donas que foi incendiada e vandalizada, porque o seu proprietário à data, Francisco de Abreu Pereira Coutinho, foi um leal defensor de D. Miguel I. Perante o acontecimento, “... destruída a casa e confrontado com a situação política que lhe era adversa, o morgado partiu para Londres onde viveu alguns anos refugiado e, ao que parece, numa situação económica, nada dignificante para o seu estatuto social” (Almeida, 2010-2012, p. 70). Sucede como proprietário, o seu filho, Francisco de Abreu de Lima Pereira Coutinho, que será o 1.º Conde, título criado pelo Rei D. Carlos I por decreto de 1907, pelos serviços prestados ao reino. Como 2.º Conde sucede o seu filho Francisco de Abreu Calheiros Noronha Pereira Coutinho, conforme se poderá comprovar no requerimento feito em 1942 à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (Figuras 3 e 4), solicitando uma licença para a construção de um muro de vedação da sua Quinta dos Condes do Paço de Vitorino, em Vilar de Andorinho.

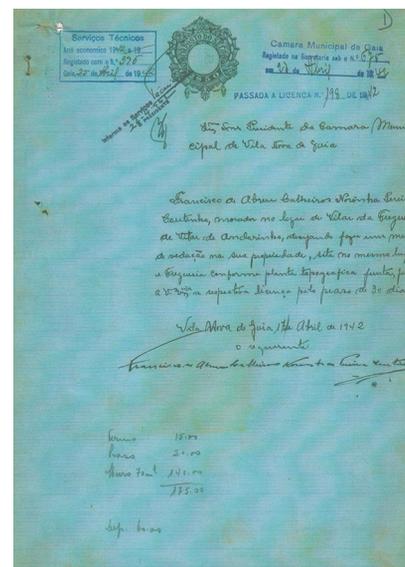
Na hierarquia como 3.º Conde sucede o seu filho Pedro de Abreu Calheiros de Noronha Lobo Machado Pereira Coutinho, casado com Maria Antónia Barros de Magalhães Pereira Coutinho, nascendo destes três filhos: 4.º Conde José Bernardino de Magalhães Pereira Coutinho; Visconde de Cortegeça, Francisco Maria de Magalhães Pereira Coutinho; e Maria da Conceição de Magalhães Pereira Coutinho, sendo estes últimos, os atuais proprietários.

De realçar que o 1.º Conde Francisco de Abreu de Lima Pereira Coutinho para além de ser proprietário do Paço de Vitorino das Donas, o foi também da Quinta dos Condes do Paço de Vitorino em Vila Nova de Gaia por ter casado com Sebastiana Maria de Jesus Calheiros de Noronha, proprietária desta Quinta, que à época era designada por Quinta de Baixo, denominação esta por se encontrar num terreno de cota mais baixa relativamente à Quinta de Cima, ambas na mesma freguesia de Vilar de Andori-

nho. Também existem registos da Quinta dos Condes do Paço de Vitorino como Quinta de Vilar e ainda como “Casal”, designações mais antigas.

Feita a abordagem da ligação sucessória familiar destas propriedades, este artigo vai desenvolver um estudo feito sobre a Quinta dos Condes do Paço de Vitorino em Vila Nova de Gaia, Quinta esta com Casa de habitação, mas com alterações significativas ao longo das épocas. É um Património Histórico e Identitário – exemplar único em Vila Nova de Gaia – ou seja, um legado não só pela sua vetustez, como pela sua História patrimonial e vivencial.

Esta propriedade existe desde o séc. XII, havendo documentos que referem que a mesma se estendia até ao rio Febros no sítio de Vivilhe, confrontando-se com o lugar de Chãos de Avintes, que era metade de uma Vila e metade de uma Quintã (Costa *et al.*, 2013, p. 511). Através dos livros dos Tombos Gerais do Cabido da Sé do Porto (Costa *et al.*, 2013, p. 511), fica claro que o Cabido com o di-



[2] Morabitanos tem a designação de diferentes moedas de ouro cunhadas em Portugal entre os reinados de Dom Sancho I e de Dom Afonso III. Também moeda de prata que circulou na Península

Ibérica entre os séculos XII e XV. E ainda moeda dos almorávidas que circulou na Península Ibérica, com valor variável, mas geralmente próximo de 27 réis (Infopédia, 2021).

[3] Documento de Arquivo: Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) – Cabido da Sé do Porto, Prazos, Roteiro de Prazos n.º 462, fls. 175 a 177.

[4] Documento de Arquivo: ADPRT – Livro 8 – Tombos Gerais, fls. 77 e 78.

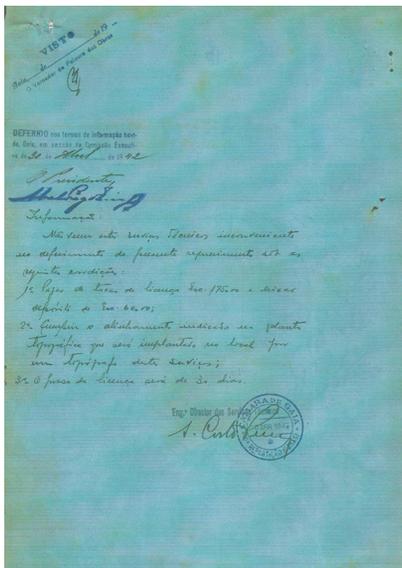


FIGURA 3 E 4.

Pedido de licença de obras à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (CMVNG).

FONTE: Arquivo Sophia de Mello Breyner, Vila Nova de Gaia

nheiro que deixou o Rei D. Sancho I (Livro 877, fl. 4 e 5) ou o seu filho Rei D. Afonso II (Livro 10) por verba testamentária (dinhheiro esse para um aniversário por suas almas), comprou a propriedade em Vilar de Andorinho. Neste sentido, Deão Fernando e cônegos do Cabido adquirem a Teresa Martins e Urraca Martins (irmãs), proprietárias por herança de seus pais, o seguinte: a Teresa Martins, um quarto da Vila que são três Casais e um quarto da Quintã por 280 morabitanos; a Urraca Martins, um quarto da Vila, um quarto da Quintã, e um Casal em Vila Chã por 300 morabitanos^[2]. Sendo o Cabido proprietário desses bens, surge no século XV a divisão em dois Casais: o Casal de Vilar e o Casal de Fundo de Vila, desconhecendo-se o interregno do espaço de tempo da compra feita no séc. XII até ao XV (Costa *et al.*, 2013, p. 511). No entanto, há a registar o nome de Afonso Anes que possuía o Casal de Vilar de Andorinho, em 1499, de natureza enfiteútica, ou em regime de prazo de vidas^[3],

tendo como senhorio direto, o Cabido da Sé do Porto.

A 22 de maio de 1499 ocorre um emprazamento a João Rodrigues e a sua mulher Madalena Anes, herdeira de Afonso Anes, mas verifica-se mais tarde que o Cabido vem a retirar-lhes esse contrato por sentença, por não saberem tratar devidamente das terras, fazendo um novo emprazamento a 5 de dezembro de 1505 a Gil Monteiro, mercador do Porto, de natureza de livre nomeação, sendo ele a 1.ª vida. Sucede como 2.ª vida, a sua filha Violante Monteiro^[4] que casou com Fernão Domingos Pinto e deles nasceu um filho de nome Gil Monteiro Pinto, que ficou com o Casal como 3.ª vida.

Sendo como “Casal” de Vilar de Andorinho que esta propriedade aparece documentada nos finais do século XV, a palavra “Casal” está ligada à habitação individual, com Casas de menor dimensão, que continham parcelas de terra e que se construía normalmente dentro de um espaço designado como Quintã, ou seja, possuía uma organização administrativa de exploração agrícola. O autor

[5] Documento de Arquivo: ADPRT – Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1593-maio-18, fls. 135-136v.

[6] Documento de Arquivo: ADPRT – Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1594-maio-11, fls. 154-155v.

[7] Documento de Arquivo: ADPRT – Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1675-outubro-29, fls. 100-101.

[8] Documento de Arquivo: ADPRT – Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1679-novembro-21, fl. 158v.

Alberto Sampaio refere que Casal ou Casales, “(...) havia-os de grandezas muito variadas sendo até alguns já possuídos por gente da classe nobilitada. Primitivamente, porém, teria sido uma pequena extensão cultural com casa” (Sampaio, 1979, p. 71). Neste contexto, o desafio de encontrar respostas sobre o construído dentro do espaço do Casal de Vilar de Andorinho, e que espécie de habitação existia, obrigou à consulta de documentos no Arquivo Distrital do Porto - ADPRT, que referem cronologicamente o seguinte: Na documentação analisada dos anos de 1593^[5] e 1594^[6], temos a indicação da existência de uma Casa-Torre (atualmente sem vestígios), no espaço do Casal da Quinta de Vilar – designação à época. Esta informação é a perfeita demonstração de que a Casa-Torre é Arquitetura da Idade Média como habitação Real e Nobre, que foi sendo alterada ao longo das épocas, mas sempre com o indicador da Nobreza de quem nela residia, como nos refere Carlos Azevedo, “A torre solarenga tornou-se,

pois, no mais nobre e evidente sinal do senhorio sobre uma terra” (Azevedo, 1969, p. 22). Com a evolução dos tempos, constata-se que a Torre é substituída pela Capela, que ocupa o seu lugar, continuando a assinalar a Casa, como uma habitação Nobre.

Na análise do que se encontrou construído nos anos seguintes, dentro do espaço da Quinta de Vilar, ou seja, entre 1675^[7] e 1679^[8], a Casa-Torre já não faz parte do espólio anterior, ou seja, o registo só contempla Casas de sobrado, Casas do caseiro telhadas e colmadas. Pela História percorrida e estudos feitos sobre a evolução da Casa, compreende-se que existiu uma época de transição desde o fim da Idade Média até ao século XVII, com notória incidência na Europa, com estilos arquitetónicos diferentes, o que em Portugal não aconteceu. Neste período houve estagnação e pelo facto, não podemos esquecer que estávamos de baixo do domínio régio espanhol. A partir do conhecimento Histórico e das análises produzidas constata-se que em seiscentos, a

Arquitetura começa a adquirir um cunho próprio, “à nossa maneira”. Surge a Casa de planta em U que tinha uma Arquitetura privilegiada, muito embora aproveitando o que até então se tinha construído, ou seja, a Torre que continua a ter um papel preponderante, numa simetria com a Capela que começa a ser construída adossada à Casa. Reforçando o nosso pressuposto, o Historiador Ferreira-Alves, defende nos seus estudos que:

Ao longo do século XVII, ainda afastada da influência do Barroco romano, a casa nobre permanecerá ligada, como quase toda a arquitetura portuguesa sua contemporânea, ao formulário ensaiado nos finais da centúria anterior, o que arrastará o Maneirismo ao longo de Seiscentos, ainda que, nalguns aspectos, o Barroco se vá afirmando. (Ferreira-Alves, 2007, p. 8)

Esta nova Arquitetura da Casa sobradada e planta em U no período de seiscentos tem uma composição de alçados de grande singeleza sem aparato decorativo, normalmente fechada ao exterior e movimenta-

da através de um pátio interior a céu aberto, que faz ligação a todas as dependências da Casa, através de uma escada normal sem exuberância para o andar superior e de entradas diretas ao rés-do-chão, lugar de todos os serviços. A informação documental é clara da existência de Casas sobradadas, muito embora não apareçam identificadas com a forma de planta em U. No entanto, a verdade é que a sua Arquitetura atual promove essa leitura de uma construção do início do séc. XVII ou anterior a este, uma vez que não somos possuidores de documentos entre 1594 e 1679 (85 anos de diferença), mas, mesmo que esta tipologia surja no início de seiscentos, uma nova vai acontecer em setecentos, com a Época Barroca, onde predomina a decoração exuberante das fachadas e escadarias de aparato no meio da fachada principal da Casa. Sintetizando: As Casas com sobrado, a que os documentos se referem, podem efetivamente ser as que se encontram atualmente, ou seja, a fachada central, a lateral esquerda e uma outra que com o

[9] Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1772-outubro-30, fls. 116-121v.

edifício do corpo da Capela fecha a forma da planta em U. Todavia outras questões se levantam quando analisamos os documentos dos anos de 1772^[9] e 1779^[10], ou seja, na centúria de setecentos, onde se encontram registos de que estas Casas sobradadas, térreas e telhadas, contemplam varandas em volta e escadas de pedra com dois lanços o que, agora sim, justifica as alterações sofridas, pois a tipologia da fachada muda de forma muito significativa, com características Neoclássicas e elementos decorativos que não fogem ao estilo que se desenvolve à volta do Barroco, em setecentos. Também só nas datas de 1772 e 1779, é que se vê registada pela primeira vez a referência da existência da Capela, muito embora exista outro documento informando que em 1712^[11] foi celebrado, nesta Capela, o casamento de José Pinto Monteiro, sucessor como 3.^a vida da Quinta de Vilar de Andorinho. Sobre a genealogia de quem habitou este espaço, não se perdendo o fio à meada, em 19 de maio de 1568, é nomeado Gil Monteiro

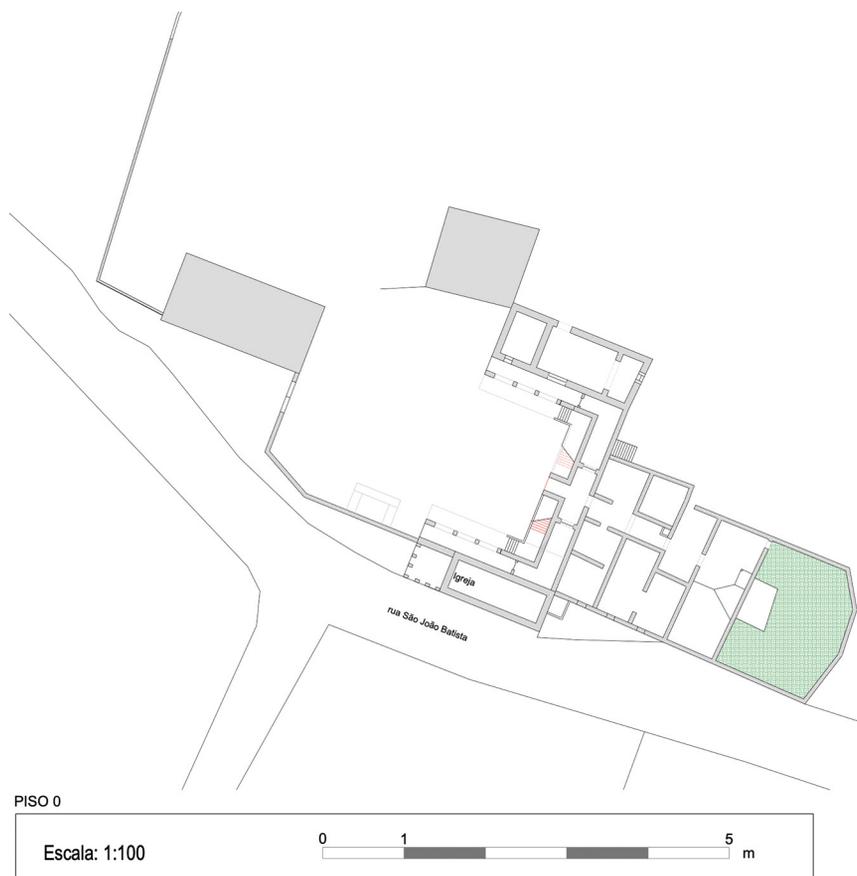
[10] Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1779-junho-21, fls. 146-148.

Pinto, filho de Violante Monteiro e de Fernão Domingos Pinto, como 3.^a vida. Neste período, no qual a família de Gil Monteiro teve em sua posse o emprazamento das terras e bens do Casal de Vilar de Andorinho desde 1505 até 1594, sabe-se que a propriedade continua a Casa-Torre telhada, Casas terreiras pegadas à Casa-Torre e ainda Casas colmadas. Em 1679, existe uma renovação sobre o prazo de emprazamento como 1.^a vida, a Gonçalo Pinto Monteiro cidadão do Porto e como 2.^a vida, a sua mulher D. Joana Francisca de Sousa, moradores na Rua das Flores, sucedendo-lhes, por sua vez, em 3.^a vida, o filho José Pinto Monteiro. Neste período surgem documentadas as Casas de sobrado e Casas do caseiro, depreendendo-se, então, que foram feitas algumas alterações, uma vez que nos documentos já não é mencionada a Casa-Torre, mas somente Casas de sobrado e térreas. Em 1772/79, a documentação já regista as Casas sobradadas com varandas em volta e escadas de pedra de dois lanços, concluindo-se que as

[11] Documento de Arquivo: ADPRT: ADPRT-PRO-PVNG23-002-0002_m0271 José Pinto - Paço Vitorino - 18.12.1712.

Casas sobradadas foram sujeitas a grandes alterações, sobretudo, nas fachadas, porque surgem com varandas e escadas até então nunca mencionadas, assim como a Capela que só é mencionada em 1772. A tipologia arquitetônica da Casa e Capela torna-se singular pelas transformações a que ao longo dos séculos foram submetidas, com a difícil tarefa documental de reunir datas precisas nas variadas alterações, mas por observação direta e estudos feitos no local, algumas conclusões foram encontradas, conforme o que a seguir iremos desenvolver.

O edifício da fachada central da Casa virada a poente e os edifícios laterais apresentam a sua planta arquitetônica identificada como planta em U (Figuras 5 e 6), confirmando globalmente que se trata de um edifício com três corpos, sendo que, a memória descritiva não pode contemplar o corpo da ala direita como Casa, uma vez que se trata do edifício da Capela, que se encontra – extramuros – com a porta de entrada principal virada a poente.



••

O edifício está inserido num grande espaço de terreno, onde se sente a ligação orgânica entre os que habitavam a Casa e os trabalhadores que faziam produzir a terra.

••

O edifício está inserido num grande espaço de terreno, onde se sente a ligação orgânica entre os que habitavam a Casa e os trabalhadores que faziam produzir a terra.

A estrutura das fachadas está construída em dois registos diferenciados: o piso térreo e o piso superior. Os três corpos articulam-se homogeneamente, conferindo uma horizontalidade ao conjunto.

O rés-do-chão da fachada central, tem adossada uma escadaria dupla de pedra, vazada ao centro por uma entrada em arco abatido, assente em duas pilastras salientes. De cada lado da escadaria, encontram-se duas portas de menor interesse, que dão passagem para as Casas posteriores do lado nascente. Esta escadaria de lanços opostos termina em patamar elevado do chão, nascendo deste, dois pequenos lanços de escadas de cada lado, voltados a poente, que acabam rematados por volutas enroladas, (Figura 7) elemento decorativo presente na Arquitetura da Época Barroca de setecentos. Ainda no rés-do-chão, os dois corpos laterais, um do lado direito



PISO 1

FIGURA 5 E 6.

Plantas do rés-do-chão e 1.º Piso – Quinta dos Condes do Paço de Vitorino.

FONTE - Imagem de Arqtª Valéria Wiendl



FIGURA 7.
Voluta enrolada.

FONTE - Imagem da Autora



FIGURA 8.
Ala do lado esquerdo.

FONTE - Imagem de Daniel Monteiro

[12] Ordem Toscana
– Simplificação
do dórico romano.
Arquitrave e fuste
da coluna lisos,
sem decoração nem
caneluras.

e outro no lado esquerdo (Figura 8), são simétricos na construção e decoração, assim como ambos contemplam um corredor térreo aberto, composto por arcadas assentes em colunas quadradas, que fazem nascer os arcos abatidos.

A utilização do piso térreo à época seria como se tem constatado noutros exemplos, o lugar da área de trabalho, do armazenamento de produtos e de utensílios; de recolha de animais; das cozinhas e da casa da lenha. De referir ainda que, neste caso, a organização do espaço (sobretudo na guarda de animais) se desenvolvia na parte posterior do edifício, ou seja, a nascente. Todavia, ressalva-se que o corpo do lado direito (hoje Capela) teria essas funções de guarda de animais, com ligação à rua e aos campos.

O primeiro andar, denominado por andar Nobre de habitação, permite a entrada para o interior da Casa, através do percurso feito pela varanda alpendrada (Figura 9), com decoração sumptuosa de uma colunata arquivada de Ordem Toscana^[12], coluna que compreende três partes: base, fuste e capitel (Sil-



FIGURA 9.

Varandim do lado esquerdo.

FONTE: Imagem de Daniel Monteiro

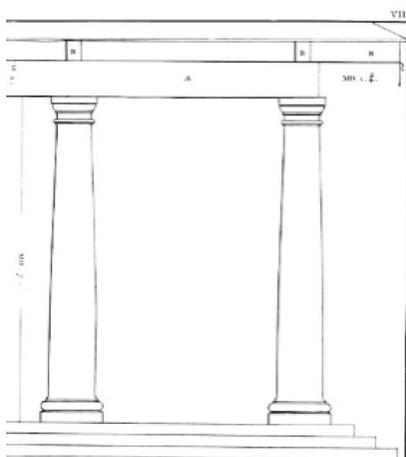


FIGURA 10.
Colunas de Ordem Toscana.

FONTE · Silva *et al.* (2005, p. 264)



FIGURA 11.
Colunas fasciculadas.

FONTE · Imagem Daniel Monteiro

[13] Coluna fasciculada — a que é composta por vários colunelos unidos entre si; coluna ou pilar, cujo fuste é constituído por um feixe de colunas, geralmente de secção pequena e reunidas constituindo

o fuste, por oposição à coluna monostila. Usada na arquitetura gótica sobretudo desde o séc. XIII até ao momento em que se regressa à simplicidade inicial (coluna monocilíndrica) no séc. XV.

va *et al.*, 2005, p. 264), que suporta o telhado de quatro águas (Figura 10), assim como quatro conjuntos de colunas fasciculadas^[13] (Silva *et al.*, 2005, p. 103), compostas por um feixe de várias colunas, unidas entre si, cujo fuste de ordem toscana de todas as colunas assentes na platibanda, promove o ritmo de uma arquitetura formal e simétrica (Figura 11).

Desconstruída a Casa, como seria em 1679 (Figura 12) e documentada em 1772 com as varandas alpendradas e escadas no corpo central (Figura 13), constata-se que o edifício desconstruído tem fachadas simples só com os vãos necessários (janelas e varandas), sem escadas de acesso, uma vez que esse acesso era feito pela parte de trás da fachada central, através de escadas simples que se encontram no corredor do pátio (quintal) a céu aberto. Era através deste local que se acedia aos aposentos no piso superior da Casa, assim como a outras divisões no piso térreo, como a cozinha, com mesa e bancos em pedra, sendo ainda evidente uma chaminé de grande dimensão. Na

realidade, a fachada principal da Casa seria a nascente, e a poente seriam as traseiras da Casa que se embeleza só com as janelas simples e janelas de sacada.

Como atrás se refere, é em 1772, através do registo documental, que se dá a verdadeira transformação da construção com o acrescento das varandas alpendradas, tese que acompanha a análise feita ao edifício, por se encontrar junto ao arco n.º 1 da fachada primitiva (Figura 14), uma plataforma de base de sustentação que suportava a janela de sacada no piso superior, no centro da fachada virada a poente (Figura 15). Em cima desta plataforma é acrescentado o chão das varandas alpendradas que circulam nos três corpos (Figura 16), confirmando-se pela figura 17 que a construção das varandas é feita posteriormente, bem como o chão que acabou por cortar um vão de luz de considerável dimensão ao corpo da Capela, no seu rés-do-chão, que serviria para a guarda de utensílios de lavoura e animais, sendo o piso superior destinado à habitação.

FIGURA 12.

Desenho do edifício da Casa.

FONTE - Imagem de Dra. Márcia Ventura



FIGURA 13.

Quinta dos Condes do Paço de Vitorino.

FONTE - Imagem de Daniel Monteiro

FIGURA 14.

Visão perspética de poente a nascente.

FONTE · Imagem da Autora



FIGURA 15.

Plataforma de base de sustentação da janela de sacada no piso superior.

FONTE · Imagem da Autora



FIGURA 16.

Chão da Varanda Alpendrada.

FONTE · Imagem da Autora



FIGURA 17.

Corte do vão de luz no corpo da Capela.

FONTE · Imagem da Autora

Também, devidamente analisado foi o facto de se encontrar nas arcadas térreas, o testemunho do que temos vindo a defender, de que a construção das varandas alpendradas corridas em torno dos três corpos da Casa foi feita *a posteriori*, conforme as imagens nos asseguram. Ou seja, no corpo do lado direito é perfeitamente visível a mísula que sustenta o arco da arcada, não só na diferença do material, como nitidamente se observa a sua colocação em cima da pilastra que remata o final da construção do corpo da Casa do lado direito (Figura 18), assim como no corpo do lado esquerdo, onde se verifica que a construção é seguramente executada após a Casa, uma vez que o remate de sustentação do chão da varanda, através do arco adossado à fachada, é claramente uma solução de construção após a edificação primitiva da Casa (Figura19).
Perante tais factos, como atrás já foi proferido, estas varandas surgem mencionadas em 1772, um século após estarem já registadas as casas sobradadas, o que nos impede



FIGURA 18.

Arcada térrea do lado direito da Casa.

FONTE · Imagem da Autora

“
(...) a construção das varandas alpendradas corridas em torno dos três corpos da Casa foi feita *a posteriori*, conforme as imagens nos asseguram.
”



FIGURA 19.

Arcada térrea do lado esquerdo.

FONTE · Imagem da Autora



Como este espaço compreende quase um século, não foi possível confirmar em que década se faz o aumento da varanda alpendrada e se constroem as escadas e a Capela.



de inferir datas muito precisas da construção das referidas varandas. O mesmo acontece com a Capela, verificando-se que em 1679 não é incluída a sua existência, que só acontece em 1772. Todavia, sabemos que em 1712 foi realizado o casamento de José Pinto Monteiro, filho de Gonçalo Pinto Monteiro, herdando de seu Pai a Quinta, como terceira vida de prazo. Depreende-se, então, que Gonçalo Pinto Monteiro tenha sido o promotor da transformação do corpo da Casa primitiva dando lugar à Capela entre 1679 e 1712, acrescentando ao referido corpo, uma galilé e um frontispício quadrangular encimado por um frontão, como é visível na imagem (Figura 20). Esta construção foi seguramente acrescentada ao corpo da Casa, caso contrário não se justificaria uma pilastra de divisão dos dois corpos e de vigas de sustentação horizontais em cima de colunas quadradas completamente deslocadas, quer da base da coluna (Figura 21), quer da fachada do corpo da Casa (Figura 22), e ainda o desalinhamento do beiral junto ao telhado (Figura 23).

Numa observação bem atenta, a sensação visual permite reiterar que a estrutura quadrangular fechada, foi ali colocada, assente em colunas de sustentação que formam uma espécie de nártex, e que corresponde ao coro alto, sendo que a mesma estrutura, através do piso térreo, antecede a entrada para o então edifício Casa, que deixou de ser Casa para se transformar em espaço para a Capela. Sintetizando: A Quinta ou Casal, no lugar de Vilar de Andorinho, regista-se já em 1499 como um espaço Rural, com uma Casa-Torre; Casas térreas telhadas e Casas colmadas. É em 1675 e 1679 que se registam Casas de sobrado telhadas e Casas térreas telhadas. Surge o ano de 1772 com a informação documental, que regista Casas de sobrado com varanda em volta; escadas adossadas à Casa com dois lanços; e confirma a existência da Capela. Como se verifica, as varandas, as escadas, e o bloco quadrangular da Capela assente em colunas, só podem ter sido construídos no espaço de tempo entre os anos de 1679

e 1772. Como este espaço compreende quase um século, não foi possível confirmar em que década se faz o aumento da varanda alpendrada e se constroem as escadas e a Capela. No entanto, o registo dos materiais diferenciados e da construção propriamente dita foi possível pelo estudo efetuado no local. Há a informação documental do casamento do filho do proprietário na altura, que se realizou na Capela em 1712, pelo que se depreende que esta tenha sido edificada antes, através de uma transformação do edifício que era Casa, ou espaço de vários serviços agrícolas, do lado sul. A este corpo foi adossada uma construção quadrangular suspensa, mas sustentada por colunas quadrangulares em pedra, embelezada por um frontão decorado, identificativo de que aquele edifício era um lugar dedicado à Casa de Deus, ou seja, uma Capela. Se temos testemunhos documentais que em 1712 a Capela existia, o mesmo não acontece sobre a construção das varandas alpendradas e das escadas. No entanto, certe-

FIGURA 20.

Estrutura quadrangular aumentada à Casa transformando-se em Capela.

FONTE · Imagem da Autora



FIGURA 21.

Pormenor de assentamento das vigas desalinhas no aumento da estrutura para a Capela.

FONTE · Imagem da Autora



FIGURA 22.

Pormenor do desencontro da viga de sustentação da estrutura.

FONTE · Imagem da Autora



FIGURA 23.

Pormenor do beiral desalinado junto ao telhado.

FONTE · Imagem da Autora

zas existem que as mesmas foram construídas depois, conforme se verifica na plataforma que ainda é visível; e no chão do corredor da varanda, onde se encontra um vão de luz cortado a um terço da sua total dimensão, presente no corpo que era Casa, que depois é transformado em Capela. Também se verificam diferenças na construção das arcadas de sustentação das varandas alpendradas em volta de toda a Casa, como atrás já foi especificado. Neste sentido, a transformação da tipologia arquitetónica da fachada da Casa poderá ter ocorrido de imediato ao ano de 1712 ou entre esta data e 1772. Neste contexto, toda a emblemática construtiva que ao longo dos séculos sofre alterações não invalida a constatação de que estamos perante uma Arquitetura erudita, com pormenores que identificam a sua História como edifício e as suas funções, um exemplar único no Concelho de Vila Nova de Gaia, muito embora com o lamento de que o seu estado de degradação tem avançado de forma galopante para um destino que será fatal: cair aos

olhos de todos, perdendo-se um património com Memória Histórica e Identitária jamais recuperável.

Este património Casa/Quinta, com todas as características que lhe são reconhecidas, apesar do seu adiantado estado de degradação, apresenta uma tipologia ao longo da sua existência, como uma Casa/Quinta Nobre Rural.

A mesma contempla tudo o que nos leva a observar sobre o esforço arquitetónico decorativo concentrado nas fachadas; o desenvolvimento horizontal; um piso superior, o chamado piso Nobre, um térreo para várias serventias agrícolas; a escadaria que desempenha um papel primacial no exterior do edifício; os pátios terreiros; e as fontes com tanques de água para consumo, regas e dar de beber aos animais.

O fator mais importante está concentrado na entrada da Casa, normalmente com o aparato necessário numa demonstração viva da importância de quem lá reside, muito embora isso só aconteça quando são construídas as varandas alpendradas e as escadas de

“

(...) a Casa/Quinta dos Condes do Paço de Vitorino não foge à regra, podendo-se considerar efetivamente como uma Casa de habitação Nobre Rural.

”

dois lanços, um elemento agente de prestígio social.

Em regra, a escadaria na Época Barroca vai culminar em varandas alpendradas espaçosas, compostas por colunatas e pilastras, e a Casa/Quinta dos Condes do Paço de Vitorino não foge à regra, podendo-se considerar efetivamente como uma Casa de habitação Nobre Rural.

Tentou-se refletir e seguir o aconselhamento do autor Carlos Azevedo, que nos estimulou da seguinte forma: “(...) invariavelmente, está dentro das nossas possibilidades chegarmos a soluções muito aproximadas, desde que se observe o edifício com atenção. E isso já é alguma coisa. O exame atento do edifício, portanto, é fundamental” (Azevedo, 1969, p. 14). Na verdade, este artigo pautou-se, não só, pela seriedade intelectual como pelo exame atento ao edifício, sem pretensões desmedidas de concretizações perfeitas, impensáveis no domínio da caracterização de datas ou estilos, uma vez que na maioria dos casos, pela sua longevidade, é inevitável a mistura

ou sobreposição de elementos sofrendo transformações através de obras, restauros, ampliações, tanto interior como exteriormente. A pretensão deste estudo, foi datar através dos documentos consultados e caracterizar arquitetonicamente a Casa e a Capela sobre a sua construção. Todavia, se levássemos só esse caminho, seria uma decisão errada... porque, conforme o provérbio, “*as aparências iludem!*”, uma vez que, esta Casa, ao primeiro olhar, faz parecer uma construção global da Época Barroca o que não corresponde à realidade uma vez que de Barroco, só tem a fachada com uma varanda alpendrada; o piso térreo com arcadas; e um bloco quadrangular como frontispício da Capela, tudo acrescentado à Casa primitiva. Neste sentido, este trabalho de pesquisa obedeceu a muita acuidade documental, técnica e presencial fazendo-se jus aos princípios fundamentais, em dar sempre o nosso melhor, todavia esperando que outros investigadores possam vir a acrescentar muito mais ao que se conseguiu produzir neste estudo.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – O Paço de Vitorino das Donas. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto. IX-XI (2010-2012) 59-81.
- AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses*. 1.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.
- COSTA, Francisco Barbosa da; COSTA, Paulo – São Salvador de Vilar de Andorinho. *Notas Monográficas*. Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho, 2013.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime – *Da Torre Solarenga à Torre de Aparato: Formas da Casa Nobre do século XVI* [Palestra]. Universidade do Porto-Faculdade de Letras, Porto, Portugal, 2007.
- INFOPÉDIA – *Morabitino* [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2021. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/morabitino>
- SAMPAIO, Alberto – *Estudos Históricos e Económicos – As Vilas do Norte de Portugal*. Lisboa: Editorial Vega – Editora Gráfica Portuguesa, Lda., 1979.
- SANTOS, Manuel Rodrigues dos – *Descrição Topographica e Historica de Villa Nova de Gaia. Festividade que em acção de Graças pela Gloriosa restauração de Portugal se celebrou na Igreja Matriz da mesma Villa no dia 11 de Dezembro de 1808*. 3.ª ed. Imprensa Real, 1861.
- SILVA, Jorge Henriques Pais da; CALADO, Margarida – *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Sintra: Editorial Presença, 2005.
- SOUSA, Manuel de – *Reis e Rainhas de Portugal*. 1.ª ed. Covilhã: Editora Sportpress - Sociedade Editorial e Distribuidora, Lda., 2000.